

---

**Programa de Pós-Graduação em Educação  
Universidade do Estado do Pará  
Belém-Pará- Brasil**



---

Edição Especial N.6. Mai./Ago./ 2019 p. 227-250

ISSN: 2237-0315

**Dossiê: Estudos de História da Educação Matemática**

---

**O ensino da matemática e a cultura escolar dos grupos escolares do Município de Aiquara, Bahia (1965-1985)<sup>i</sup>**

The teaching of mathematics and the school culture of the school groups of the Municipality of Aiquara, Bahia (1965-1985)

Zenildo Santos

Claudinei de Camargo Sant'Ana

**Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB**

Vitória da Conquista -Bahia - Brasil

**Resumo:**

Este texto, faz parte de uma pesquisa de Mestrado que se insere no campo da história da Educação Matemática Escolar, cujo objetivo é analisar de que maneira foi desenvolvido o ensino de Matemática e identificar a cultura escolar dos grupos escolares do município de Aiquara BA, no período compreendido entre os anos 1965 a 1985. Para tanto, constitui-se os dados desta pesquisa as fontes primárias: documentos escolares, tais como: leis, decretos, atas, livros, cadernos, provas etc., referentes aos grupos escolares, assim como as fontes orais, produzidas a partir de entrevistas semiestruturadas com ex-funcionários (professores e diretores) e ex-alunos. Por se tratar de uma pesquisa histórica será utilizada a análise documental e o aporte teórico utilizado foi composto por André Chervel (1990), que teoriza sobre a História das Disciplinas Escolares, Roger Chartier (2002) sobre a História Cultural e Dominique Julia (2001) sobre a Cultura Escolar. A partir dos dados preliminares é possível identificar que o ensino da matemática foi constituído do ensino das operações fundamentais, fortemente influenciada pela tabuada, prescrito com grande rigor disciplinar.

**Palavras-Chave:** História do Ensino da Matemática. Grupo Escolar. Cultura Escolar.

**Abstract:**

This text is part of a Master's in progress research that is part of the history of School Mathematics Education, whose objective is to analyze how mathematics teaching was developed and to identify the school culture of the school groups of the municipality of Aiquara in the period, between 1965 and 1985. For this purpose, the data of this research are the primary sources: school documents, such as: laws, decrees, minutes, books, notebooks, such as oral sources, produced from semi-structured interviews with former employees (teachers and principals) and alumni. The theoretical-methodological contribution used in the analyzes was composed by André Chervel (1990), who theorizes on the History of School Disciplines, Roger Chartier (2002) on Cultural History and Dominique Julia (2001) on School Culture. From the preliminary data it is possible to identify that the teaching of mathematics was constituted of the teaching of the fundamental operations, strongly influenced by the tableau, prescribed with great disciplinary rigor.

Keywords: History of Mathematics Teaching. School Group. School Culture.

## Introdução

Este trabalho faz parte de uma pesquisa de mestrado e aborda a cultura escolar e o conhecimento matemático difundido nos Grupos Escolares implantados no município de Aiquara no Estado da Bahia, a partir do ano de 1965 até o meado da década de 80. Se propõe a investigar de que maneira foi desenvolvido o ensino de Matemática e a cultura escolar nos grupos escolares do município de Aiquara no período compreendido entre os anos 1965 a 1985?

O pesquisador que se propõe a fazer o levantamento de uma instituição escolar, se depara com um condicionante inicial que é o da temporalidade. Estas instituições existiram e não existem mais, então, onde buscar conhecer a memória da instituição? Ou conseguiram sobreviver até os dias atuais? Neste caso, o pesquisador optará por investigar os fatos que ocorreram na instituição somente no passado ou os que aconteceram tanto no passado como no presente?

Em uma investigação desta natureza, um historiador compreende que são por meio dos vestígios preservados pelo tempo que a história é construída/reconstruída. O nosso trabalho, por se tratar de uma pesquisa histórica, fundamenta-se nas reflexões que giram em torno dos referenciais teóricos da História Cultural (Chartier, 2002). Desta maneira a História Cultural interessa pelos *sujeitos* produtores e receptores de cultura. Chartier ao contribuir com a história cultural, elabora noções complementares de "apropriação" e "representações" onde os objetos culturais seriam reproduzidos entre práticas e representações.

A representação, de acordo Chartier, permite:

articular três modalidades da relação com o mundo social: em primeiro lugar, o trabalho de classificação e delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objectivadas graças à quais uns <<representantes>> (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade" (CHARTIER, 2002, p. 23).

E por apropriação, o autor entende com a "história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem" (CHARTIER, 2002, p. 26).

Para as pesquisas em educação, a História Cultural tem fornecido grandes contribuições no sentido de possibilitar a análise de práticas escolares de um determinado período. Partindo dessa premissa, advogamos o conceito de cultura escolar definido por Dominique Julia (2001, p.10) como “conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”.

Frente ao conceito apresentado por Julia (2001) entendemos que esta se estabelece com pessoas que mantem relações no interior da escola e é oriunda das diversas atividades existentes na escola (festas, atividades extraescolares, sua dinâmica de organização, etc.) bem como do contexto que a escola está inserida. Nesse sentido, a produção da cultura escolar insere-se em duas perspectivas, uma dimensão global e outra específica, isso é, na primeira, na forma de relação que a escola estabelece com a sociedade em geral e na segunda em decorrência da própria forma como ela produz e transmite sua cultura.

Nessas circunstâncias, fica evidente que enquanto instituição de ensino, a escola é um local produtor e transmissor de uma cultura específica e os atores que a compõem inter-relacionam-se entre si, compondo uma identidade, resultante do conjunto de fatores organizacionais e processos sociais específicos.

Para conhecer de que forma o ensino da matemática era difundido nos grupos escolares em Aiquara, recorreremos aos preceitos do campo denominado história das disciplinas escolares, teorizado por André Chervel (1990). Para ele, toda:

[...] disciplina escolar é então constituída por uma combinação, em proporções variáveis, conforme o caso, de vários constituintes: um ensino de exposição, os exercícios, as práticas de incitação e de motivação e de um aparelho docimológico<sup>ii</sup>, os quais, [...] funcionam em estreita colaboração (CHERVEL, 1990, p. 207).

Nesse caso, a exposição dos conteúdos, a aplicação de exercícios e os aparatos de testes, provas e exames que dão legitimidade e conformação à disciplina escolar. Apesar de usar as contribuições acerca das disciplinas escolares para conhecer o ensino da matemática nos grupos escolares, é relevante destacar que no ensino primário, os conteúdos são ensinados por meio de matérias escolares.

Costa e Valente (2014, p.192), entendem matérias como:

saberes dispostos para serem ensinados nos primeiros anos escolares.

*O ensino da matemática e a cultura escolar dos grupos escolares do Município de Aiquara, Bahia  
(1965-1985)*

Compósitos de conteúdos, imbricados em pedagogias, que resultam em normativas para a transmissão de uma cultura escolar primeira, que pode permitir acesso a níveis mais elevados do saber sistematizado. As matérias, com distinção um tanto tênue, relativamente às disciplinas escolares, referem-se à enorme proximidade que nelas os conteúdos têm das pedagogias.

### **Histórico do ensino primário no Brasil a partir da instauração da república**

Os grupos escolares são reconhecidos como o modelo de instrução primária que deu origem aos moldes de escola que conhecemos atualmente e foram criados para agrupar em um só espaço, as aulas que antes aconteciam em classes isoladas, heterogêneas e funcionavam de maneira precária, em locais improvisados, na própria residência dos docentes, sem qualquer articulação com o ensino.

Costa e Valente (2014) asseveram que, na História da Educação brasileira, muitos historiadores têm tomado a história dos grupos escolares como sinônimo do ensino primário. Já Vidal (2006, p. 9) afirma que “os Grupos Escolares fundaram uma representação de ensino primário que não apenas regulou o comportamento, reencenando cotidianamente, de professores e alunos no interior das instituições escolares, como disseminou valores e normas sociais (e educacionais).

A história credits a criação dos Grupos Escolares ao estado de São Paulo na década de 1890, pela Lei nº 169, de 7 de agosto de 1893 e pelo Decreto 248 de 26 de julho de 1894 (COSTA, 2011, p.736), no momento que o país passava por uma transformação política. Estabelecia-se a República e com essa nova forma de poder a implementação e institucionalização da educação brasileira, que passa a oferecer o ensino público e gratuito para a sociedade.

De acordo com Souza (1998, p.16) os Grupos Escolares foram projetados para terem “uma organização administrativa e pedagógica complexa, concebida nos princípios da racionalidade científica e na divisão do trabalho”, e foi considerado a principal difusora dos valores republicanos, “sendo preciso torná-los evidentes, exibi-los, solenizá-los”. Amaral e Sant’Ana (2016, p.110) acrescentam que em geral eram:

belos prédios, construídos em lugares de maior visibilidade, de preferência em uma praça, ponto central dos acontecimentos dos lugarejos, cidades e vilas, para que demarcasse o esplendor e investimentos em prol da modernização do Ensino Primário e os preceitos daquele momento histórico.

No Brasil, foi considerado um símbolo de modernização do ensino por toda a parte onde foi implantado, em acordo mútuo com perspectivas em relação ao desenvolvimento social e econômico da época. Com a experiência exitosa, o modelo de educação primária instalado no Estado de São Paulo serviu de referência para a disseminação nos demais estados brasileiros que, gradativamente, passaram a implantar. No Rio de Janeiro foi implantado em 1897, no Maranhão e Paraná em 1903, em Minas Gerais no ano de 1906, no Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Santa

Catarina em 1908, no Mato Grosso em 1910, no estado da Bahia em 1913, na Paraíba e Sergipe em 1916, em Goiás em 1918 e no Piauí em 1922.

### **Histórico dos grupos escolares no Estado do Bahia**

Na tentativa de tentar trazer a modernidade à instrução pública baiana e após sucessivas reformas educacionais ocorridas em um pequeno espaço de tempo, nas primeiras décadas da República, surge, em 1913, os grupos escolares na Bahia, através da reforma educacional preceituada na Lei nº 1006, de 6 de setembro de 1913, que divide o ensino público em a) ensino primário; b) ensino profissional; c) ensino secundário. O ensino passa a ser obrigatório e as escolas são caracterizadas em escolas isoladas e grupos escolares.

Art. 22. A escola isolada é uma escola regida por um professor, funcionando em um prédio.

Art.23. Grupo escolar é a reunião de diversas escolas funcionando separadamente no mesmo prédio, sob uma direção.

Os grupos escolares ofereciam o ensino por graduação. Para administração do grupo escolar, a Lei cria a função do diretor. Este cargo com função específica, era nomeado pelo governador e se tratava de um cargo de confiança, sendo renovado anualmente. Considerado uma figura representativa do governo presente na escola,

A identidade do diretor como uma *autoridade do ensino* foi construída nos primeiros anos seguidos à implantação dos grupos escolares. [...]. A autoridade do diretor foi construída sobre a encarnação do poder do Estado como legítimo representante do governo no âmbito de sua competência. Dessa forma, ele deveria ser considerado pelos professores, alunos e comunidade local. (SOUZA, 1998, p.70, grifos da autora).

Ocupar a função de diretor dava ao cidadão *status* de autoridade local, colocando-o entre um grupo de pessoas notáveis da comunidade, como presidente da Câmara, o vigário, o juiz, o delegado, entre outros.

O programa curricular dos grupos escolares baianos se diferenciava de acordo com a categoria das escolas, pois eram classificadas de acordo a localização. A lei considerava escola de primeira classe, as que estavam localizadas na capital, de segunda classe, aquelas do subúrbio da capital, cidades e vilas sedes das comarcas e a de terceira classe as escolas situadas nas vilas, arraiais e povoados.

### **O ensino da Matemática difundido nos grupos escolares**

Por meio da história cultural é possível conhecer avanços e retrocessos enfrentados pela disciplina Matemática ao longo de sua constituição enquanto saber escolar.

Para Chervel (1990), o historiador das disciplinas escolares tem como primeira tarefa estudar os conteúdos que compõem o ensino da disciplina, para isso deve consultar a documentação disponíveis “na série de textos oficiais, programáticos, leis, decretos, instruções, circulares, fixando os planos de estudo, programas, métodos e exercícios (CHERVEL, 1990, p. 188-189), bem como “cursos manuscritos, manuais e periódicos pedagógicos” (CHERVEL, 1990, p.203).

O autor, encaminha a pesquisa na história das disciplinas escolares, para análise documental, indicando ainda como outras fontes escritas os textos oficiais programáticos, as leis, os decretos, programas, projetos de reforma, artigos ou manuais de didática, entre outros. Ele direciona que para os estudos dos conteúdos há toda uma documentação, composto por livros didáticos e periódicos pedagógicos.

André Chervel (1990, p. 183-184), apresenta três indicadores como objeto de estudo da história das disciplinas escolares: a gênese, que se refere a forma como age para produzir os saberes; a função, que reporta às finalidades dos saberes produzidos e difundidos pela escola; e por fim, a funcionamento, que seria o autor refere à própria natureza da escola.

No que concerne ao estudo da matemática presente no ensino primário, Valente (2015, p. 358) afirma que é necessário compreender que em meio “[...] a tantas matérias escolares, à diversidade de saberes elementares, está presente a matemática. E ela se dá a conhecer por intermédio de diferentes rubricas: cálculo, aritmética, geometria, formas, desenho linear, cartografia, trabalhos manuais etc.”.

Conforme explicita o autor, essa diversidade de saberes que compõe o ensino da matemática nas séries primárias aponta a necessidade de entender como uma pedagogia organiza e estrutura em um certo período.

Nesse sentido, buscando entender o conhecimento matemático difundido nos grupos escolares, importa-nos conhecer a pedagogia ou método que claramente era defendido para o processo de ensino aprendizagem.

### **Cultura escolar e práticas do ensino de matemática nos grupos escolares do Município de Aiquara BA**

Ao fazer uma análise da produção brasileira a respeito dos grupos escolares Souza e Faria Filho (2006) certificam que, de modo geral, as pesquisas apontam para o momento de implantação da escola pública primária em cada localidade e que nessas

produções sobressaem o uso de documentos antes ignorados: relatórios, provas de alunos, atas, ofícios, correspondências, periódicos educacionais e outros. Nesse sentido, inserindo-se nessa realidade, nos propomos a investigar a implantação e o ensino nos grupos escolares de Aiquara.

Os documentos apresentados são oriundos do acervo escolar das escolas pesquisadas e das Instituições mantenedoras (secretarias estadual e municipal de educação e dos órgãos responsáveis pelo arquivamento de documentos). Complementando a documentação encontrada, fizemos entrevistas semiestruturadas com ex-professores e ex-alunos das instituições pesquisadas. Esses depoentes foram identificados pelas duas letras iniciais que compõem o nome completo. Buscamos trabalhar, à luz das fontes catalogadas, constituídas de documentos institucionais ou pessoais, seja mediante os relatos ou depoimentos o conceito de cultura escolar.

### **Indícios de Reforma Educacional de 1971**

Por ter sua emancipação decretada nos primeiros anos da década de 60, o ensino primário em Aiquara herdou o legado deixado pelos grupos escolares que no município, de acordo os documentos e as contribuições dos depoentes desta pesquisa, persistiu por muito anos, mesmo com a reforma do ensino, instituída pela Lei 5692, no ano de 1971. Contudo, o reflexo dessa mudança, ao que indica a Ata de reuniões de Pais e Mestres de 29 de outubro de 1972 do Grupo Escolar Júlio Ignácio de Matos (GEJIM) se deu aos poucos. Nesta reunião, o diretor do Ginásio Municipal proferiu uma palestra sobre a implementação da reforma do ensino no ano subsequente. A redação não deixa claro o teor da palestra do diretor do ginásio quando aborda a reforma e quais foram as medidas explicitadas que passaria a ser adotada no ano de 1973, contudo, no período mencionado, não houve nenhuma reforma no ensino, a nível nacional, estadual ou municipal, no período da reunião. A reforma mais recente se deu com a unificação do ensino primário e secundário em ensino de primeiro grau, conferida pela Lei 5692/71.

### **Evasão escolar e repetência**

Ao analisar as atas de reuniões de pais e mestres do Grupo Escolar Júlio Ignácio de Matos, um tema apareceu em duas atas, a evasão escolar. A reunião do dia 29 de outubro de 1972, tratou especificamente desde assunto. O chamamento da

responsabilidade tanto da família quanto da escola, demonstra o compartilhamento de atribuições que cada ente assume na educação da criança, inclusive delegando a família o seu papel, conforme princípio exposto no Artigo 168 da Constituição Federal de 1967, “a educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada a igualdade de oportunidade, deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana”.

Destarte, em outra oportunidade, naquele mesmo ano, o grupo escolar havia feito uma reunião com pais, a qual foi lavrada a ata em 24 de maio, o professor Djalma Gomes proferiu uma palestra intitulada, “A escola é continuação do lar” onde faz apelo a colaboração dos responsáveis de aluno para aprimoramento e “perfeito” desenvolvimento do ensino.

A problemática da frequência escolar esteve sempre presente no percurso escolar deste país. Em Minas Gerais, o presidente Francisco Antonio de Salles, na mensagem dirigida ao Congresso em 1903 mostra que este problema da frequência já se fazia nos grupos escolares daquele Estado, o presidente expõe que:

A decadência do ensino público é visível. Há falta de prédios próprios onde funcionem as escolas, em condições higienicas, providos de mobília e material escolar conveniente. A maior parte dos professores falta o preparo necessário, a educação pedagógica, o estímulo, e, enfim, a inspecção do ensino. **A falta de frequência dos alumnos que se nota nas escolas e a conseqüência desse estado a que o ensino se acha reduzido.** (MINAS GERAIS, 1903, p. 30, grifos nossos).

Aqui na Bahia, a situação não era diferente, na Tese 41, apresentada por, Jayme Junqueira Ayres, na I Conferência Nacional de Educação, o representante da Bahia discorre sobre a situação da frequência do ensino primário no Estado. De acordo o documento, no ano de 1923 cerca de 23% dos alunos deixaram de frequentar a escola primária, em 1924 foram 31,1%, nos de 1925 e 1926 pouco mais de 24% e até o final do primeiro semestre de 1927 cerca 30% dos alunos matriculados já havia abandonado a escola naquele ano.

Em Aiquara BA, na opinião dos entrevistados desta pesquisa, as possíveis causas da evasão escolar se relacionam com as dificuldades para estudar, questões de distância da residência (rural), por mudança ou casamento, no caso de algumas alunas.

## Cultura escolar através das festas

Consistia uma prática dos grupos escolares a realização das festas do dia das mães, aniversário da cidade, festa em comemoração à Pátria, à primavera, festa da cidadania, festa junina e de encerramento do ano letivo. No livro de atas do GEJIM, encontramos registro de uma reunião realizada exclusivamente para tratar sobre a festa do dia das mães. Todos os professores, colaboradores dessa pesquisa, fizeram alusão as festas realizadas nos grupos escolares. Os depoentes, reportaram-se dizendo existir no grupo escolar onde trabalharam ou estudaram. De acordo com Alsisa (20/12/2017):

*Dia das mães, era comemorado, uma festa muito bonita. Por exemplo, quando eu ensinava na Maravilha mesmo, eu levava bolo deste tamanho, cada bolo enorme, bandeja e mais bandeja de beijos, que a gente fazia e levava para lá. Cada aluno recitava poesia, versinhos, chamava a mãe para receber o abraço do filho naquele dia e cantava a tarde toda para as mães, era uma coisa muito bonita. Eu levava na cabeça quando não achava um carro, o bolo e as lembrancinhas das mães. Aqui também fazia tudo isso, hoje ainda a gente vê, mas não é como antigamente. Não tem mais aquela ênfase, aquele gosto de fazer a coisa acontecer como deve. Além do dia das mães, tinha também o dia dos pais.*

Contudo, nenhuma festa pareceu ser mais empolgante que as alusivas à semana da Pátria. Nas entrevistas professores destacaram a beleza dos desfiles cívicos.

*Por exemplo, o sete de setembro. Hoje não existe como antes, existe aquela comemoração de ir cantar o hino, etc, não tem mais aquele culto histórico para que o povo lembre dos personagens como Tiradentes, Duque de Caxias, Rui Barbosa, desse povo que fizeram a história do Brasil, que deram sua vida pelo Brasil. Hoje não existe mais isso, pelo menos na rua não... **naquele tempo tinha que mostrar para a população [...].** Então o sete de setembro antes era muito lindo, com desfiles muito bonitos. Os grupos se reuniam e cada um fazia a sua parte, tinha seu trabalho a fazer e era muito bonito, com banda, fanfarra e tudo. (ALSISA, em 20/12/2017, grifos nossos)*

Já os ex-alunos apresentaram a satisfação de participarem da grandiosidade daquele evento:

*Tinha 7 de Setembro, que era, com certeza, um desfile muito sonhado. Porque na época, tinha os pelotões que cada uma saía de determinada coisa. As vezes quando a gente não tinha condições, porque os pais tinham que pagar tudo, as fantasias e lá era muita gente, eram dez irmãos na minha casa, aí, uns saíam de fardas e outros com alguma coisa, [...] **o que mais me emocionava era quando a gente passava ali na praça prefeitura que o pessoal ficava de um lado a outro assistindo o pelotão passar e eles aplaudiam, chegava a arrepiar.** (ROREHO, 09/08/2018, grifos nossos)*

Estes desfiles percorriam pelas principais ruas e avenidas da cidade, conforme fotografia do ano de 1973 (Figura 1) cedida por um morador, e como acrescenta a ex-

aluna Anmaolsi (11/05/2018, grifos nossos), “a cidade inteira parava para prestigiar, a gente ficava muito feliz com os acenos e tornava a gente importante”.

**Figura 1: Desfile Cívico 07 de Setembro (1973)**



Fonte: Arquivo pessoal morador do município.

Percebemos na fala da ex-professora a necessidade de dar visibilidade aos eventos realizados na escola, assim como transparece nos depoimentos das ex-alunas a satisfação em ter a comunidade apreciando o desfile cívico. Sobre a realização de festa nas escolas, Souza (1998, p. 41) aduz que elas visam aproximar a sociedade e a escola, para dar-lhe crédito, vez que,

o descrédito com a instrução pública primária era grande. Por isso, a escola precisou conquistar e convencer a população quanto a sua qualidade, a propriedade de seus métodos pedagógicos e a superioridade em relação às demais escolas preliminares. Para tanto, foram adotadas algumas estratégias [...] os exames públicos, as festas de encerramento do ano letivo, as exposições escolares

Azevedo e Santos (2017, p.313-317) também referenciam que a realização destas festas dava visibilidade aos grupos escolares e a organização mobilizavam as ruas, avenidas e praças de uma determinada localidade e havia:

Demonstração de hinos, desfiles artísticos, cânticos, beleza e a organização bem como disciplina dos alunos fardados, limpos e arrumados eram exemplos do que se podia ver nas solenidades. Era como se fossem grandes cerimônias que abriam as portas dos grupos escolares para toda a sociedade, transformando e mudando a rotina das pessoas.

Na entrevista da professora Malusoba (26/07/2017), os detalhes sobre o asseio do uniforme, organização dos alunos dispostos em fila, as técnicas de marcha e virada em curvas expressavam o rigor que os participantes deviam seguir para tornar o evento mais organizado e apresentável para a sociedade que assistia.

*Os desfiles eram a coisa mais linda do mundo [...] quem não podia fazer ou comprar as vestimentas tinha que participar do desfile, mesmo, de uniforme. Tinha as pessoas caracterizadas da princesa, Tiradentes [...]. O desfile de 7 de Setembro era obrigatório, todos deveriam se apresentar impecável, quem disse que alguém comparecia com a roupa machucada, de short ou de sandália? Sapato, meia, homem de calça, mulher de saia prensada. Minha mãe mesmo prensava a saia de muita gente e colocava debaixo do colchão, quando vestia ‘tava’ toda impecável [...]. Na hora do Hino Nacional, era obrigado saber o hino todo.*

Existia, na realização de cada evento, uma preocupação em trabalhar a consciência patriótica nos discentes, corroborando com difusão do simbolismo e ideário republicano. Farias Filho (2000, p. 86) expõe o caráter pedagógico dessa prática,

o hasteamento da bandeira, as festas cívicas e mesmo a inauguração dos grupos escolares eram momentos organizados e pensados como espetáculos formativos, não apenas de comportamento, mas de sensibilidade e sentimentos em face da cidade, do regime republicano, da cultura das classes pobres, dentre outros.

Nesse contexto, os ritos e espetáculos instaurados na escola primária apresentavam-se como expressão do regime político republicano. Segundo Souza (1998, p, 241)

[...] ela passou a celebrar a liturgia política da república, além de divulgar a ação republicana, corporificou os símbolos, os valores e a pedagogia moral e cívica que lhe era própria. Festas, exposições escolares, desfiles dos batalhões infantis, exames e comemorações cívicas constituíram momentos especiais na vida da escola [...] e podem ser vistos como práticas simbólicas que, no universo escolar, tornaram-se uma expressão do imaginário sociopolítico república.

Aqui na Bahia, o espírito patriótico, foi regulamentado através da Lei nº 2.141 de 24 de março de 1965, na gestão do governador Antônio Lomanto Junior, que obrigava os estabelecimentos Oficiais de Ensino a cantarem o Hino Nacional e o 2 de julho.

Semelhantemente, no cenário nacional a Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, que dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, estabelece a responsabilidade da escola de hastear e guardar a Bandeira Nacional pelo menos uma vez por semana e ainda, a obrigatoriedade do canto e a interpretação da letra do Hino Nacional em todos os estabelecimentos de ensino

As festas cívicas, segundo Chartier (2004) foi impulsionada por meio da Revolução Francesa. As comemorações revolucionárias dotadas de um interesse pedagógico em que visava complementar a educação escolar formal, pretendia, com base na educabilidade natural do homem garantir a formação integral do sujeito. Comenta o

autor que uma festa, “com seus rituais, seus gestos, seus objetos, ela é uma gramática simbólica que permite enunciar, apresentando-o para ser visto ou ouvido (dando a esse último termo sua acepção mais ampla). (CHARTIER, 2004, p.38).

A prática do culto a Pátria expresso nos desfiles patrióticos, permaneceu no ideário escolar das escolas de 1º e 2º grau por muito tempo. O registro desse evento no ano de 1977 demonstra que essa prática não se extinguiu com a implantação da Lei 5692/71 que cria as escolas de 1º e 2º grau e extingue os grupos escolares.

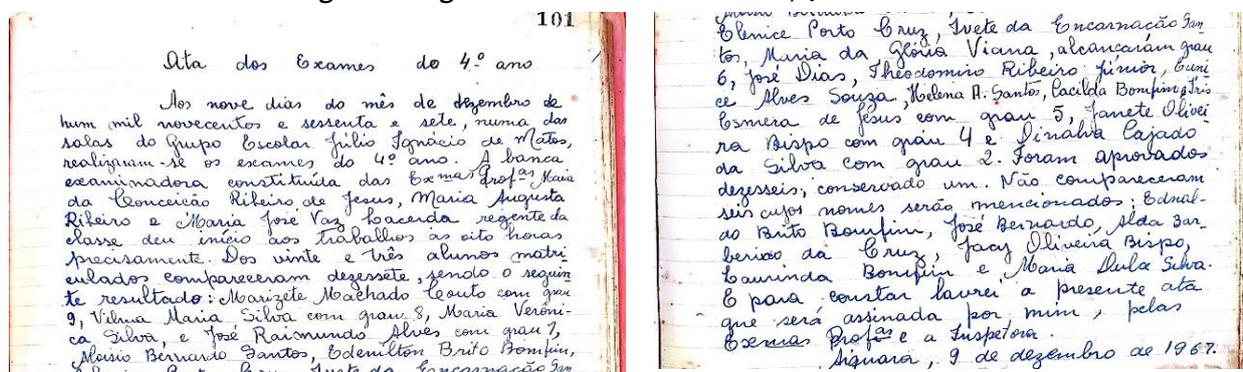
### Os exames finais

Nas escolas, os exames finais também se mostraram uma prática presente. Nos três grupos escolares pesquisado, encontramos os livros de atas destes exames. Do GEJIM a partir do ano de 1966 e dos grupos Luís Carlos Braga (GELCB) e Lomanto Júnior (GELM) a partir de 1971.

As atas não trazem muito detalhes de como eram realizados os exames, elas apresentam os dias de realização, em geral três dias, a banca constituída, o desempenho obtido pelo aluno no final do exame e algumas fazem menção a atuação da delegada de ensino. Esses exames eram realizados por uma banca examinadora composta da professora regente, uma professora assistente e da delegada de ensino.

Na descrição dos exames finais do período de 1966 a 1970, as atas descrevem a data de realização dos exames, os membros que compõem a banca examinadora, os alunos faltosos, uma única nota (geralmente em ordem decrescente) obtida pelo aluno que participou do exame e uma síntese do quantitativo dos aprovados e conservados, conforme Figura a seguir.

Figura 2: Fragmentos da ata de exame final, 4º ano do GEJIM<sup>iii</sup>



Fonte: Arquivo institucional GEJIM

O aluno que obteve maior nota teve o grau 9 e o que obteve a menor recebeu o grau 2. Como não há descrição do peso atribuído ao grau, se o grau 9 corresponde a nota 9, não fica claro qual o aluno foi conservado, visto que abaixo do grau 5, configuram o nome de dois alunos: um com grau 4 e outro com grau 2 e conforme a ata apenas um aluno foi conservado.

A partir do ano de 1971, a forma de redação das atas ganha outro estilo. Os exames finais da turma do quinto ano primário do ano de 1971, por exemplo, o professor, regente da turma que redigiu a ata declara que estes foram realizados em três dias, nos dias: primeiro, dois e três de dezembro daquele ano. O professor apresenta a banca examinadora, diz que os trabalhos foram iniciados após as formalidades que os exames requeriam e apresentam o quantitativo de alunos que realizaram os exames, dos que se abstiveram de fazê-lo e apresenta os resultados que segundo o professor foi “criteriosamente computados” e apresentado em forma estatística para comprovação.

A seguir, reproduziremos o quadro de notas descrito pelo professor. Os nomes dos alunos serão apresentados pelas primeiras letras do nome e escrita do sobrenome.

**Quadro 1: Resultado final turma de 5º ano primário (1971)**

Nº de ordem	Nome do aluno	Disciplinas						
		Média final	Média de curso	Linguagem	Matemática	Estudos Sociais	Ciências	Educação Moral e Cívica
1.	A. S. Silva	2,0	2,75	1,0	3,5	2,0	2,0	1,0
2.	A. P. Barreto	6,0	5,35	4,5	7,25	5,0	6,0	7,0
...	...	...	...	...	...	...	...	...
10.	A. N. Costa	8,0	7,0	9,0	6,0	8,0	7,5	9,5
...	...	...	...	...	...	...	...	...
21.	N. Oliveira	7,5	6,0	7,5	5,0	7,0	8,0	6,0
22.	N. J dos Santos	5,0	5,0	6,0	2,0	4,5	5,5	6,5

Fonte: Livro de Ata de Exames Finais do GEJIM (1971, p.1)

O professor não explica a maneira como os alunos obteve tais resultados. Ao analisarmos as notas dos alunos, tomamos como exemplo, A. N. Costa (nº 10), que obteve em linguagem nota 9,0, em matemática 6,0, em estudos sociais 8,0, em ciências

7,5 e em educação moral e cívica 9,5. O aluno obteve nota 8,0 de média final, essa nota possivelmente é decorrente da média dos pontos das cinco disciplinas (40/5). Não há pista ou descrição na ata de como o aluno obteve a nota 7,0 referente a média de curso. Seria essa nota atribuída ao desempenho do aluno das provas orais?

Os exames nos grupos escolares, de acordo com Souza (1998, p. 243) deveriam atender as seguintes condições:

[...] serem realizados por bancas examinadoras, composta pelo inspetor do distrito [...], por dois examinadores por ele nomeado e pelo respectivo professor da escola ou classe. [...] os professores antes da prova oral, procederiam a um exame geral das matérias lecionadas, devendo versar sobre todas as matérias do curso preliminar.

Segundo o professor, a delegada de ensino, participante da banca examinadora, atuou coadjuvando numa perfeita orientação pedagógica nos trabalhos.

Souza (1998, p. 243) explica que os exames compreendiam de “provas escritas, práticas e orais. Escritas, as de ditado, composição e questões práticas de aritmética. Práticas, as provas de caligrafia e desenho, e orais, todas as demais matérias”. Com base na afirmação da autora, os dados aqui analisados dão indícios que no Grupo Escolar Júlio Ignácio de Matos as características dos exames finais seguiam a mesma prática dos grupos escolares implantados no início da República.

A ex-aluna Doolmi (27/07/2018), se reportou ao exame que realizou com a ex-professora e ex-delegada de ensino, Maria José Vaz Lacerda, após ter feito estudado de primeira à quarta série, assim como o ex-professor, Jodian (13/02/2018) informou ter feito o exame quando ainda era aluno do GEJIM, segundo ele, realizou no ano de 1969.

*É tipo uma prova de vestibular né? Era os assuntos do ano todo o período que você estudou, que eu me recordo, do segundo ano até a quarta série. Com parte oral e escrita.*

Face ao exposto, a cultura dos exames finais persistiu por alguns anos na prática daquele grupo escolar. A ex-aluna Frolsisa (11/05/2018) afirma ter participado desse modelo também no ano de 1974. Os entrevistados, participantes desta pesquisa que concluíram o ensino primário após esse ano disseram que não se recordam se participaram destes exames.

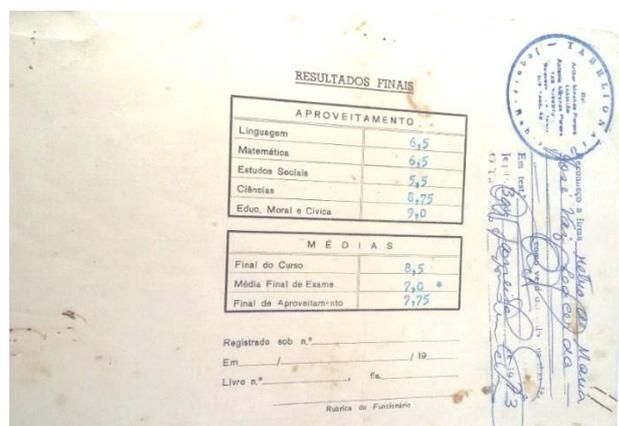
Outro dado, peculiar, chamou atenção, os alunos que concluíam o ensino primário, recebiam um certificado de conclusão de curso, este era registrado em cartório. Nas Figuras 3 e 4, apresentamos o certificado cedida por uma ex-aluna do GEJIM.

Figura 3: Frente do certificado de conclusão do curso primário (1972)



Fonte: Arquivo Pessoal ex-aluna do GEJIM

Figura 4: Verso do certificado de conclusão do curso primário (1972)



Fonte: Arquivo Pessoal ex-aluna do GEJIM

A ex-aluna não soube informar a necessidade do registro do certificado, a mesma conjectura que pode ter sido uma exigência do ginásio, na época. No certificado, além das médias do curso e final, há a média de aproveitamento. Esta é decorrente da soma da média final de curso e media final dos exames dividido por dois. Este certificado indica que a ex-aluna concluiu o curso primário de quatro anos e em atendimento a Lei Orgânica do Ensino Primário e cursou mais um ano, denominado de curso complementar preparatório ao exame de admissão ao ginásio (BRASIL, 1946). Assim é possível que o registro em cartório servisse para validar que o exame foi realizado.

Esses livros de registro de exames finais aparentemente são livros com emaranhado de notas, à primeira vista sem muito valor, mas, como informa Souza (2000, p.14) tais documentos podem “surpreender pelos seus vestígios indiciários”, pois os resultados dos exames expressos ali, constituíam-se como um costume de verificar o

aproveitamento dos alunos e, também, de aferição o desempenho docente, naquele momento.

### **Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF)**

Outro aspecto encontrado nas fontes coletadas nos grupos escolares se refere aos livros didáticos adotados. No arquivo do Grupo Escolar Júlio Ignácio de Matos encontramos o Banco de Livro do ano datado de 1974. Esse Programa compunha uma das ações do Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental do Instituto Nacional do Livro (PLIDEF/INL).

Dentre a relação de livros catalogados pela instituição que compunha o referido banco, alguns livros de matemática (Quadro 2) e admissão ao ginásio foram registrados pela delegada, responsável pelo levantamento.

**Quadro 2: Relação de Livros de Matemática e Admissão catalogados no projeto Banco do Livro no GEJIM (1974)**

Título	Autor	Editora
Hora Alegre da Matemática 1ª série	Romilda Araújo	Instituto Brasileiro de Edições
Matemática Moderna 1ª Série	Henriqueta Carvalho	Instituto Brasileiro de Edições
Matemática Moderna 2ª Série	Henriqueta Carvalho	Instituto Brasileiro de Edições
Matemática Moderna 3ª Série	Henriqueta Carvalho	Instituto Brasileiro de Edições
Matemática Moderna 4ª Série	Henriqueta Carvalho	Instituto Brasileiro de Edições
Matemática Moderna 3ª série.	Therezinha Pedrosa Maestrelli	F.T.D
Admissão ao ginásio 5º ano	Aida Costa, Marcius Brandão	Editora do Brasil
Meus exercícios (linguagem e matemática) 1ª série	Helena Lopes Abranches	F.T.D
Frações Ordinárias 1º ano	A DLA Neme	Editora Abril Cultural
Frações Ordinárias 2º ano	A DLA Neme	Editora Abril Cultural
Curso Moderno de Matemática 1ª série	Manhúcia Perelberg Liberman	Editora Nacional
Matemática de Hoje 5º ano	Virgílio Cordoria do Espírito Santo	Editora Tabajara

Fonte: Elaborado pelo Delegada de Ensino com adaptações pelos autores.

Em outra relação, anexado ao projeto do Banco de Livro, datado do ano de 1976, encontramos os seguintes exemplares de matemática.

**Quadro 3: Relação de Livros de Matemática e Admissão catalogados no projeto Banco do Livro no GEJIM (1976)**

Título	Autor	Série
Curso Moderna de Matemática	LIBERMAN, Manhúcia	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
Vamos aprender Matemática	OSÓRIO, Norma Cunha	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
A nova Matemática	NISKIER, Arnaldo	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
Novíssimo C. de Matemática	OLIVEIRA, Car. Renno	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
Hora Alegre da Matemática	ARAÚJO, Romilda	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
A caminho da Matemática	NETE, Adda	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
O pequeno descobridor	ALBUQUERQUE, Irene de	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
Matemática Moderna	MAGNUSSON, Mário Júnior	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
Ensino de 1 <sup>o</sup> grau	CONDÉ, Lydia	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
Atividades Matemáticas	DIB, Claudio Z	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>

Fonte: Elaborada pela Delegada Illach (1976)

Dos livros acima mencionados, a ex-professora Illach apresentou um que ainda possuía, o livro Matemática Moderna 4<sup>o</sup> grau, de Henriqueta Carvalho, edição lançada em 1965. Segundo a ex-professora, ela mesma utilizou o exemplar quando esteve regente em turma de 4<sup>a</sup> série e consistia num recurso didático valioso para as suas aulas.

A partir do exemplar fornecido, conjecturamos que os conteúdos descritos no Quadro 4 foram abordados em algum momento nas aulas de matemática, pois configura o índice da obra:

**Quadro 4: Relação dos possíveis conteúdos trabalhados pela ex-professora Illach**

Noções de Conjuntos;	Noção indutiva de fração;
Conjuntos;	Frações impróprias, próprias e aparentes;
Conceito de subconjuntos;	Extração de inteiros;
Igualdade de conjuntos;	Transformação de um número misto em fração imprópria;
Comparação entre conjuntos;	Frações equivalentes e frações iguais;
Número e numeral;	Operações com números decimais;
Sucessão dos números naturais;	Frações decimais;
Sistema de numeração;	Conversões – Dízimas periódicas;
Números ordinais;	Sistema legal das unidades de medir;
Conceito de operação: operação direta e inversa;	Figuras geométricas (triângulo, quadriláteros, circunferência);
Operações fundamentais com números inteiros;	Unidades de superfície;
Operações entre conjuntos;	Medidas agrárias;
Equivalência;	Áreas das figuras geométricas;
Divisores de número;	Unidade de volume;
Relações;	Medidas de Massas
Sistema monetário Brasileiro;	Razões e proporções;
Medida de tempo;	Escalas
Números ordinais;	Porcentagem.

Fonte: Elaborado pelos autores

Também, ao reportar-se sobre sua regência nas aulas de matemáticas, Illach (28/04/2018) disse ter feito uso do desenho livre no auxílio do ensino dos números.

Enquanto narrava o procedimento, a professora ia demonstrando no ar como fazia para ensinar os alunos da 1ª série a escrever os números naturais.

*Eu usava muito assim, um patinho para o dois. Eu desenhava um patinho, sabe essas coisas assim, porque eu gostava muito de desenho [...] eu ia para o quadro para ensinar o dois, aí eu desenhava um patinho e dizia aqui é um patinho, mas o patinho representa o dois. Aqui não tá o dois? Então nós vamos desenhar um patinho. Do número dois eu puxava um biquinho, descia assim, fazia o rabinho, botava o pezinho que era para fixar.*

No que se refere a utilização do desenho no ensino, Valente (2013), aduz que pode ser utilizado como um recurso pedagógico para se fixar um conteúdo já aprendido, quando se pretende construir novos conceitos é usado como metodologia. Na prática da professora Illach, o desenho era utilizado como metodologia. Pensamos que utilizava a concepção do método intuitivo para dar sentido a aprendizagem do aluno.

Para Oliveira (2013, p.94) “as imagens seriam para substituir as palavras que eram utilizadas para transmitir os ensinamentos”. Princípio defendido por Pestalozzi de relacionar o objeto ao aprendizado. Nesse sentido, como comenta Souza (2000, p.12), que “esse método racional se fundamentava em uma concepção filosófica e científica pela qual a aquisição de conhecimentos advinha dos sentidos e da observação.

Em outra vertente, uma ex-aluna do GEJIM, fez a referência que desenho livre também era cobrado nas aulas por fazer parte currículo:

*No primário era assim, sexta-feira, pelo menos no Júlio, eu tenho bem claro isso na minha mente, sexta-feira era dia de desenho. As vezes a professora levava para a gente colorir, as vezes a gente utilizava aquele pó de serra para decorar ou as vezes dava o desenho livre pra gente fazer o desenho que a gente quisesse (ROREHO, 09/08/2018).*

Santos (2018) ao fazer uma relação do ensino do Desenho Livre e a Matemática em determinadas escolas primárias em Vitória da Conquista-BA e Salvador-BA, infere que:

ensino do Desenho Livre se fazia presente com certa frequência e era intercalado com outras atividades (revisões, exercícios) e/ou com um saber matemático (tabuada), em particular com a Aritmética [...] ou como forma de representação cultural em particular em datas folclóricas (São João). (SANTOS, 2018, p. 150).

Outro constituinte da cultura do ensino de matemática relatado por todos os participantes desta pesquisa foi o estudo da tabuada. Os ex-professores relataram o rigor e a disciplina para “tomar” a tabuada e os alunos além desses aspectos, destacaram os castigos.

Para a ex-professora Illach (28/04/2018):

*O básico era a tabuada, aí você não tinha como, você tinha que fazer a sabatina,*

*colocava todo mundo junto de você ali e ia perguntando, 1 e 1? 2 e 2? 3 e 3? 4 e 8? Daí já passava para diminuir...*

De acordo Alsisa (20/12/2017), em suas aulas:

*[...] fui rígida, exigente com meus alunos que eu queria ver eles prosperarem na vida e eu dava minhas aulas com afinco mesmo, [...]. A época da tabuada: 5 vezes 8, nove-fora vezes quatro. Eu perguntava 5 vezes 8, nove-fora vezes quatro, você tinha que dizer 16. 5 x 8 = 40, nove-fora 4, 4 x 4 = 16; 3 x 6 nove-fora vezes 8? 18, nove-fora nada, vezes 8, nada. Você tinha que multiplicar duas vezes para dar o resultado.*

Na visão do ex-aluno, Josali (04/06/2018):

*O que eu aprendi nessa área escolar eu devo a esse passado, foi fundamental [...] as aulas de matemática mesmo [risos] me recordo da professora NB perguntando 9 vezes 9, 12 vezes 12, as aulas eram muito aplicadas, tinha a temida tabuada. A professora dizia, leva a tabuada para casa, mesmo assim, a gente estudava e chegava lá papecava [...] eu gostava quando me perguntava o mais fácil 10 vezes 10.*

E para Masaca (27/07/2018), as aulas de matemática tornava-se uma tormenta. De acordo com a entrevistada era sinônimo de castigo, tanto em casa quanto na escola.

*A aula de matemática para mim era difícil, [...], eu não conseguia aprender, eu não pegava, nem a conta de mais que era mais fácil eu não conseguia acertar. Eu tinha pavor de matemática. E quando a professora mandava gente para o quadro para fazer, eu chorava para não ir [...] quando colocava um contra o outro, equipe contra equipe, eu sempre perdia, ficava no mais fraco, ficava contando nos dedos, como não sabia, não dava tempo contar nos dedos, a gente errava. E eu estudava viu, mãe, em casa, colocava a gente no milho para estudar.*

Ao se reportar das atitudes da professora em sala de aula, acrescenta:

*Quando eu não acertava nada na escola eu não avisava a mãe, mas a danada da professora passava pela porta de casa e avisava: “Mãe, Masaca te contou?” “O quê?” Respondia mãe. “Masaca não acertou nada hoje”. Me lembro também que eu perdi na prova e eu escondi a prova porque ia ganhar uma boneca, a pois, a professora foi lá e contou para mãe que eu tinha perdido, me lembro que mãe me bateu, me deixou de castigo, não me deu roupa e nem a boneca. (MASACA, 27/07/2018).*

Doolmi (27/07/2018), relata

*Quando era matemática, ela chamava a turma toda, era sabatina, [...]. A gente fazia aquele círculo ao redor dela e ela ia perguntando, 2 mais 2, se você demorasse para responder 4, já passava para outro, aquele outro respondia, já batia na gente, baixava a palmatoria.*

Diante do exposto e dos demais relatos percebemos que a relação dos entrevistados com o ensino e a aprendizagem de matemática foi marcada pelas situações de aprendizagem que enfrentaram desde o curso primário. O estudo da tabuada ao que indica vigorou por muito tempo.

Nesse sentido, de acordo com Nürnberg (2006) desde a década de 1920, a memorização era condição primordial para o sucesso da aprendizagem da tabuada. Já nas décadas de 1960 e 1970, Nürnberg (2006) informa que o ensino brasileiro é marcado pela Tendência Tecnicista marcada pela valorização dos procedimentos induziam os estudantes a obter respostas previamente estabelecidas. Sendo fortemente utilizada na pedagogia oficial do regime militar.

Nessa circunstância, prevalecia a ideia da tabuada como sendo algo que deveria ser decorada pelo aluno. Nesse sentido, a autora expõe que “muda apenas o modo de conduzir os procedimentos de ensino para que o estudante atingisse os resultados pré-estabelecidos e o aprimoramento das habilidades técnicas” (NÜRNBERG, 2006, p. 36).

### **Conclusão**

Buscar conhecer o processo de escolarização primária e o foco dado ao ensino de matemática nos Grupos Escolares do Município de Aiquara BA permitiu identificar como era tratado o saber matemático no recorte de 1965-1985 e suas implicações no processo formativo do educando.

Os dados desta pesquisa revelaram que no Município de Aiquara o estudo não atendia a toda a população, até a emancipação do município, existiam poucas escolas e estas apresentavam a precariedade nas instalações físicas e mobiliárias. A implantação dos grupos escolares visou ampliar o número de vagas e atender a população sem acesso à escola.

Quanto a cultura escolar, mesmo com a extinção dos grupos escolares no início da década de 70, a prática cultural permaneceu no ideário dos grupos escolares da cidade de Aiquara por muito tempo, algumas até os dias atuais. O Grupo Escolar Júlio Ignácio de Matos, ainda na década de 90 continuava a registrar os eventos da escola em livro de ata, e para ser ainda mais atual, no início da semana, os alunos cantam o hino da cidade e o hino nacional e fazem o hasteamento da Bandeira.

Pelas vozes dos ex-funcionários e ex-alunos, traçou-se uma ideia dos assuntos estudados, da metodologia utilizada para o ensino da matemática e da formação dos professores. Pelo exposto, os vestígios indicam que o ensino da matemática, de modo geral, dava a criança conhecimentos rudimentares de cálculo aritmético. O ensino era fortemente fundamentado no estudo da tabuada, cuja sondagem do conhecimento se dava por meio da sabatina, fortemente influenciada pelo rigor disciplinar.

## Referências

AMARAL, Rosimeire dos Santos; SANT'ANA, Claudinei de Camargo. Escola normal e os grupos escolares: o processo formativo-profissional docente na Bahia republicana. In: SANT'ANA, Claudinei de Camargo; SANTANA, Irani Parolin; AMARAL, Rosimeire dos Santos (orgs). **Ações Colaborativas e Cooperativas em Educação**: entre história, ensino e formação de professores. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016.

AYRES, Jayme Junqueira. Situação do ensino primário na Bahia. **Tese nº41. Conferência Nacional de Educação**. Curitiba – PR, 1927. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/123679/me001825.pdf?sequence=3> acesso em 15 de ago. 2018.

AZEVEDO, Crislane Barbosa de; SANTOS, Rosa Milena dos. Vitrine do ensino primário no início do século XX: os grupos escolares do Rio Grande do Norte em forma de celebração. **Revista Crítica Histórica**. Alagoas SE: Universidade Federal de Alagoas, Ano VIII, nº 16, dezembro, 2017.

BAHIA. Lei nº 1006/1913. Reforma o Ensino primário. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/122531> Acesso em 15 jul. 2018

\_\_\_\_\_. Lei n. 2.141, de 24 de março de 1965. Obriga aos estabelecimentos oficiais de ensino a cantar os Hinos Nacional e 2 de julho. Leis do Estado da Bahia (1962-1966). Imprensa Oficial da Bahia, 1967. Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

BAHIA. Banco do Livro. Secretária da Educação e Cultura. 1974. **Documento depositado no arquivo do Grupo Escolar Júlio Ignácio de Matos**.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm)> acesso em 18 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei n. 8.529, de 2 de janeiro de 1946. **Lei Orgânica do Ensino Primário**. Diário Oficial da União. Seção 1. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/116986>. Acesso em 18 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei 5700**, de 1º de setembro de 1971. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5700.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5700.htm)> acesso em 24 mai. 2018.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: **Teoria e Educação**, n. 2, 1990, p.177-229.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 2002.

*O ensino da matemática e a cultura escolar dos grupos escolares do Município de Aiquara, Bahia (1965-1985)*

\_\_\_\_\_. **Leitura e leitores na França do Antigo Regime**. Tradução: Álvaro Lorencini. São Paulo, Ed. UNESP, 2004.

COSTA, D. A da; VALENTE, V. R (Org). **Saberes matemáticos no curso primário: o que é, como e porque ensinar**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014.

COSTA, David Antonio da. Aritmética escolar pelos livros didáticos dos Grupos Escolares de São Paulo: fim do século XIX e início do século XX. Rev. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 11, n. 34, p. 731-750, set./dez. 2011

FARIA FILHO, L. M. de. **Dos Pardieiros aos Palácios** – Cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, SP. SBHE/Editores Associados, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

MINAS GERAIS. **Mensagem dirigida pelo Presidente de Estado de Minas Gerais**, Francisco Antonio de Salles, ao Congresso Mineiro, em sua 1ª sessão ordinária da 4ª legislatura. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. [crl.edu/brazil](http://www.crl.edu/brazil) (1903, p. 30-32). Disponível em [http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/minas\\_gerais](http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais) acesso em 14 ago. 2018.

NÜRNBERG, J. **Tabuada: significados e sentidos produzidos pelos professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Criciúma, Santa Catarina, 2006.

OLIVEIRA, Marcus Aldenison de. **Antônio Bandeira Trajano e o método intuitivo para o ensino de Arithmetica**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tiradentes, Aracajú, p.142, 2013

SANTOS, Emanuel Silva. **O ensino do desenho livre e sua relação com a matemática na escola primária em Vitória da Conquista-Ba e Salvador-Ba (1925-1982): uma compreensão histórica**. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Jequié BA, p. 164, 2018.

SOUZA Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: UNESP, 1998.

\_\_\_\_\_. Um itinerário de pesquisa sobre a cultura escolar. In: **Ideário e imagens da educação escolar**, v. 73, p. 3-23, 2000.

VALENTE, Wagner Rodrigues. História da educação matemática nos anos iniciais: a passagem do simples/complexo para o fácil/difícil. **Cadernos de História da Educação**. Uberlândia, MG, vol. 14, n. 1, p. 357367, Jan.-Abr. 2015.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Grupos Escolares: Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil**. Mercado da Letras, 2006.

## Sobre os autores

### Zenildo Santos

Aluno do Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores, participante do Grupo de Estudos em Educação Matemática (GEEM).

E-mail: [zenildo198090@gmail.com](mailto:zenildo198090@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3659-7550>

### Claudinei de Camargo Sant'Ana

Doutor em .... Líder do Grupo de Estudos em Educação Matemática (GEEM)/UESB.

Professor da UESB e dos programas PPGECM, PPGED. E-mail: [claudinei@ccsantana.com](mailto:claudinei@ccsantana.com).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1429-4559>

## Notas

---

<sup>i</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), por meio de concessão de bolsa para a realização do mestrado do primeiro autor e faz parte do projeto “O ensino de Matemática no Curso Primário no Estado da Bahia: A caracterização de um percurso”, Número do Processo: 407925/2016-3, chamada pública MCTI/CNPQ Universal 2016.

<sup>ii</sup> Palavra originada da língua francesa *docimologie* que significa estudo científico dos exames e dos concursos (CHERVEL, 1990, p.206)

<sup>iii</sup> Transcrição da Ata dos Exames do 4º ano. Aos nove dias do mês de dezembro de hum mil novecentos e sessenta e sete, numa das salas do Grupo Escola Júlio Ignácio de Matos, realizaram-se os exames do 4º ano. A banca examinadora constituída das Exmas profas Maria da Conceição Ribeiro de Jesus, Maria Augusta Ribeiro e Maria José Vaz Lacerda regente da classe deu início aos trabalhos às oito horas precisamente. Dos vinte e três alunos matriculados compareceram dezessete sendo o seguinte resultado: Marizete Machado Couto com grau 9, Vilma Maria da Silva com 8, [...], Janete Oliveira Bispo com grau 4 e Dinalva Cajado com grau 2. Foram aprovados dezesseis, conservado um. Não compareceram seis cujos nomes serão mencionados: Ednaldo Brito Bomfim, [...] e Maria Dulce Silva. E para constar lavrei a presente ata que será assinada por mim, pelas Examas profas e a Inspetora.

Recebido em: 02/02/2019

Aceito para publicação em: 22/02/2019